

04/01/2019

Leis Penais Especiais Objetivo

Professor: Leonardo Galardo

Lei nº. 9.099/1995 – Sursis Processual – Parte II - 61

Resumo

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

Levando em consideração que estão presentes os requisitos constantes do caput (pressupostos de admissibilidade do sursis processual), o MP ao oferecer a denúncia poderá oferecer a suspensão do processo. Se o promotor não oferecer a suspensão condicional do processo, **sumula 696 STF**, o PGJ será provocado (analogia ao art. 28 CPP).

Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o promotor de justiça a propô-la, o juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do Código de Processo Penal.

Os 04 requisitos (cumulativos) presentes no caput são requisitos de admissibilidade, para saber se existe a possibilidade de ser oferecido o sursis processual ou não. Em caso positivo passamos para a análise dos §§ 1º e 2º, que trabalham condições obrigatórias e facultativas que deverão ser observadas no período de provas. Quando digo que são condições obrigatórias (§1º) e outras facultativas (§2º), estou dizendo que as obrigatórias são aquelas que a lei já me apresenta de ofício, facultativas são aquelas que o juiz, no caso concreto, entenda necessárias. São chamadas de facultativas porque elas podem ou não aparecer, a depender do juiz, não significa que elas podem ou não serem cumpridas.

§ 1º **Aceita a proposta** pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II - proibição de frequentar determinados lugares;

III - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV - comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

§ 2º O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

Causas de revogação obrigatória:

§ 3º A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser **processado** por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

Causas de revogação facultativa:

§ 4º A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

§ 5º Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade.

§ 6º Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

§ 7º Se o acusado não aceitar a proposta prevista neste artigo, o processo prosseguirá em seus ulteriores termos.

Exercícios

1. (FCC- DPE-PR- FCC - 2012 - DPE-PR - Defensor Público) Marcelino, primário e de bons antecedentes, é denunciado pelo crime de furto simples, oportunidade em que é citado para responder aos termos da acusação. Neste caso, de acordo com o entendimento jurisprudencial dominante no Supremo Tribunal Federal e com base na Lei no 9.099/95,

A) na ausência de proposta de suspensão condicional do processo, deve o juiz aplicar analogicamente o art. 28 do CPP.

B) a proposta de suspensão condicional do processo é ato privativo do Ministério Público e o crime de furto, por não ser da competência do Juizado Especial Criminal, não comporta o oferecimento do sursis processual.

C) caso seja oferecida a proposta de sursis processual, o processo ficará suspenso pelo período de 1 (um) ano, devendo o acusado, durante o período de prova, observar as condições estabelecidas na proposta.

D) a suspensão será revogada se, no curso do processo, o beneficiário vier a ser processado por contravenção.

E) a prescrição será interrompida durante o prazo da suspensão condicional do processo.

Gabarito

1. Letra A